



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,69% São Paulo	186.241 186.464	R\$ 5,229 (+ 0,57%)	9/fevereiro 5,188 10/fevereiro 5,196 11/fevereiro 5,187 12/fevereiro 5,200	R\$ 1.621	14,90%	14,81%	Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Espera cada vez maior na fila do INSS

Falta de estrutura e de vagas para a designação de perícias são algumas das situações apontadas para o atraso nos atendimentos

» RAPHAEL PATI

Uma técnica de enfermagem de 48 anos, que atua em Santa Maria, região administrativa do Distrito Federal, espera há dois anos pela aposentadoria por invalidez. Maria (nome genérico para preservar a identidade, por opção da personagem) está afastada do hospital onde trabalha desde 2024 e teve o processo negado em julho do ano passado, mesmo tendo passado por diversas cirurgias desde então. Ela é um exemplo que descreve a situação por que passam três milhões de brasileiros que aguardam a análise de pedidos de benefício no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Os dados comprovam que, mesmo com a nacionalização da fila, instituída no último dia 13 de janeiro, a situação ainda é bem adversa para os que buscam atendimento nas mais de 1,5 mil agências do país. A situação vem se agravando desde dezembro de 2024, quando o número de requerimentos para a análise de benefícios atingiu a marca de 2 milhões, de acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social (Beps). Um ano depois, a situação se agravou e a chamada “fila do INSS” aumentou em cerca de 50%, chegando aos atuais três milhões de pessoas.

Nos meses da indefinição, a situação de Maria só se agravou. “Nesse decorrer de tempo surgiram outras patologias. Tive que operar o túnel do carpo, fiz infiltrações e vou fazer uma cirurgia agora de artrotese na cervical. E aí estou esperando”, disse Maria, que está sem receber benefícios desde agosto de 2024. Antes, ela ainda recebia o auxílio por incapacidade. Com menos dinheiro e sem poder trabalhar, ela disse que a saúde ficou cada vez mais prejudicada. “Estou aqui para tentar a aposentadoria, porque estou totalmente incapaz de trabalhar e sob medicações fortíssimas e problema da minha coluna, também”, acrescentou.

Para o ex-chefe de cozinha, Vanderlei Andrade, 58, que trabalhou por mais de 30 anos na profissão, tudo mudou há dez anos, quando ele descobriu uma inflamação no ombro esquerdo. “Ficava um tempo inflamado no local, depois melhorava. Aí aparecia em outros lugares, como no joelho, nos pés e nas mãos.” Desde então, passou a ser recorrente usar analgésicos e anti-inflamatórios para aliviar a

Ed Alves/CB/D.A Press



Mais de 3 milhões de pessoas ainda aguardam respostas para pedidos de benefícios, mesmo após a criação da fila nacional

dor. Há mais ou menos um ano, no entanto, a situação física se agravou e os remédios passaram a não fazer mais efeito.

“Eu já não consigo mais dormir, as minhas mãos estão quentes o tempo todo e eu tomei a injeção para reagir, sair da cama, porque a coluna inflama”, contou Vanderlei à reportagem. Há um ano na fila do INSS, o cozinheiro também está à espera de um atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), onde ele ainda tem 1,5 mil pessoas à frente, para serem atendidas antes dele. “Dor é uma coisa que ninguém vê. Só você sente”, desabafou.

O advogado trabalhista Danilo Fontes lembra que a demora prolongada do INSS viola diversos princípios e regras da Constituição Federal, além de normas infraconstitucionais, entre elas, duas premissas básicas, como a duração razoável do processo e a eficiência administrativa. “Em uma análise externa, além da falta de estrutura

e capacidade operacional, considero que faltam critérios objetivos e mais claros no sistema acerca de prioridades”, avalia.

O especialista, que atua no extremo-sul da Bahia, conta que nesta região um problema claro é a falta de estrutura e de vagas para a designação de perícias médicas ou avaliações sociais. Por conta disso, o tempo médio para conseguir um atendimento em locais próximos é de, no mínimo, seis meses. “Nos casos em que o cliente tem condições de viajar para outras regiões ou estados, eu consigo adiantar para o cliente, agendando os procedimentos para essas localidades”, relata.

Sobre os direitos que o cliente possui em casos de demora para ser atendido, Danilo Fontes afirma que ele pode entrar com um mandado de segurança quando forem ultrapassados os prazos legais para a conclusão do procedimento administrativo sem a devida

justificativa. Para isso, o segurado tem que apresentar no requerimento a documentação necessária para a análise do seu pedido, a demonstração de que sofre um grave prejuízo em razão da demora.

O advogado previdenciário Ubiratã Dias reforça a necessidade de incluir todos os documentos exigidos, inclusive para ganhar o valor retroativo referente ao pedido. “É importante o segurado encaminhar toda a documentação necessária para que o INSS analise este pedido. Se faltar algum documento, ele não terá direito a esses valores. Só terá, a partir do momento em que o instituto tomar conhecimento de toda a documentação”, alerta o especialista.

Desequilíbrio

Antes da unificação das filas, o atendimento era organizado de maneira regional, o que sobrecarregava a análise em locais onde

há maior concentração populacional, ao mesmo tempo em que havia falta de demanda em outras regiões. O desequilíbrio motivou o novo modelo nacional, que permite que servidores de diferentes regiões atuem de forma integrada, independentemente do local de origem do pedido.

Em apenas duas semanas, foram registradas mais de 118 mil tarefas “puxadas”, ou seja, que tiveram sua análise iniciada por servidores de outros locais. Por isso, a avaliação do INSS é positiva. Para o presidente do Instituto, Gilberto Waller, a nacionalização permitiu uma atuação com mais igualdade, além de demandar mais servidores nos casos de maior espera. “Com a mudança, a força de trabalho das regiões com melhores indicadores podem atuar nos processos daqueles que aguardam há mais tempo. Nossa prioridade é atacar a fila de verdade”, destacou Waller, a ocasião.

CPMI tem novas oitivas

» VANILSON OLIVEIRA

Prevista para retomar no dia 23 de fevereiro, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS (CPMI) vai ouvir o CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, Luís Felix Cardamone Neto, e os empresários Ingrid Pikinskeni Moraes Santos e Paulo Otávio Montalvão Camisotti. A CPMI investiga um desvio bilionário de aposentados e pensionistas.

Antes do recesso de carnaval, a CPMI ouviu o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller, que apresentou um balanço das ações adotadas para ressarcir as vítimas afetadas por descontos indevidos. Durante a oitiva, os deputados questionaram sobre a servidora Léa Bressy, que foi exonerada por Waller, mas dias depois foi readmitida. “Na verdade, ela é Diretora de Tecnologia da Informação. É uma área sensível para todo o INSS, e a gente entendia a necessidade de mudança tecnicamente”, explicou.

Ele confirmou que seu pedido foi negado pelo ministro da previdência Wolney Queiroz.

Waller também declarou que um outro servidor, suspeito de fraudes, precisou ser afastado de suas funções, enquanto o processo administrativo tramita. O nome e os detalhes dos atos do servidor não foram revelados por ele, por se tratar de uma suspeita. Ele declarou ainda que o INSS agiu rapidamente em relação ao Banco Master. “O INSS tinha um acordo vigente desde 2020. Esse acordo findou em agosto. Em setembro interrompemos o acordo de cooperação.

Em outubro, não assinamos o termo de compromisso, notificando a instituição. Ou seja, o INSS, antes de ser avisado sobre qualquer situação do Master, foi o primeiro a ligar o alerta”, afirmou Waller. O presidente do INSS afirmou à comissão que estavam recebendo muitas reclamações e que a cooperação técnica com o Master não foi renovada. “E a gente verificou que tinha algo errado com o Master. A gente entendeu que não tem como eles continuarem prestando serviço aos nossos aposentados e pensionistas com esse nível de reclamação”, disse.



RAUL VELLOSO

ÃO TEMOS ESCAPATÓRIA: PRECISAMOS CONCENTRAR ESFORÇOS NA TAREFA CONHECIDA COMO EQUACIONAMENTO PREVIDENCIÁRIO, POR MEIO DO QUAL SE MUDAM REGRAS E SE FAZEM OUTROS AJUSTES COM VISTAS À ZERAGEM DO PASSIVO ATUARIAL EM CAUSA E, PORTANTO, À ABERTURA DE ESPAÇO PARA INVESTIR E CRESCER

Por mais equacionamento previdenciário

Fenômeno de ocorrência cada vez mais importante, mas em boa medida ignorado pelos que estudam e discutem a evolução do quadro macroeconômico brasileiro, é o fato de que a nossa população venha envelhecendo a uma velocidade cada vez maior comparativa e surpreendentemente, por exemplo, com um grupo de peso altamente relevante, como os países da Europa, e também dos Estados

Unidos em particular, isoladamente ou em conjunto, desde meados da década de cinquenta, algo que, sem o devido enfrentamento pelas autoridades cabíveis, tenderá a nos colocar cada vez mais no epicentro de uma demorada crise de baixo crescimento do PIB e do emprego, com óbvias consequências desfavoráveis para a nossa população.

Em primeiro lugar, é incrível tal ignorância, em que pese o nosso

maior envelhecimento ser fácil e rapidamente constatável pela análise da evolução recente das Razões de Dependência de Idosos (RDI), conceito básico da área demográfica, que se definem pela razão entre o número de pessoas com menos de 15 e mais de 65 anos de idade, em porcentagem da parcela da população entre 15 e 65 anos, que é como se pode apurar e depois comparar o grau de

envelhecimento de diferentes países, cada vez maior no nosso caso.

A partir daí, tenho chamado a atenção dos meus leitores para a consequência básica disso: quanto mais rápido for o grau de envelhecimento da população presente em qualquer caso (notadamente em situações como a nossa), é de se prever que ocorra uma maior desabada no investimento público em infraestrutura (e, com ele, no

investimento privado nesse mesmo segmento, por serem complementares), e, por consequência, também no PIB Potencial, como tem de fato ocorrido, diante da tradicional escassez de recursos nos orçamentos públicos, e em face da prioridade obviamente mais elevada que, em nosso caso, tende a ser conferida a previdência e assistência social vis-à-vis tais inversões, já que maior envelhecimento é, naturalmente,

sinônimo de maiores benefícios previdenciários e assistenciais.

Nessas condições, não temos escapatória: precisamos concentrar esforços na tarefa conhecida como equacionamento previdenciário, por meio do qual se mudam regras e se fazem outros ajustes com vistas à zeragem do passivo atuarial em causa e, portanto, à abertura de espaço para investir e crescer o país economicamente, isto é, os empregos.